

EDUCAÇÃO INFANTIL: EXPERIÊNCIA DE UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA EM TEMPOS DE PANDEMIA

Kerolyn Christina Moreira¹
Cátia Lacerda Sodré²
Suzete Araujo Oliveira Gomes³

RESUMO

O presente artigo apresenta uma pesquisa baseada em uma experiência prática pedagógica em tempos de pandemia que se configura como um relato de caso, a partir de uma pesquisa qualitativa descritiva e exploratória. Essa experiência foi vivenciada no período de março a dezembro de 2020, quando se iniciou o ensino remoto devido à pandemia. O lócus da pesquisa foi uma escola da rede de ensino localizada em Juiz de Fora – MG. Para esse estudo, foi analisada uma turma do agrupamento da Educação Infantil com estudantes de 4 e 5 anos de idade. Naquele momento, impossibilitados de estarem juntos, no mesmo espaço, como proporcionar àquelas crianças experiências das interações, relações e práticas cotidianas que precisam vivenciar, a fim de construir sua identidade pessoal e coletiva, através do brincar, imaginar, fantasiar, criar e produzir cultura? Como proceder com as crianças da Educação Infantil diante desse cenário? Como promover as interações e brincadeiras previstas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC)? Ancorados pelos pressupostos da Abordagem Pikler e a Teoria Histórico Cultural de Vygotsky, essa experiência teve como objetivo usufruir dos recursos tecnológicos no sentido de adaptar ao momento atual o conjunto de práticas que visam à articulação entre as experiências e saberes das crianças com os conhecimentos culturais, artísticos, científicos e tecnológicos.

Palavras-chave: Educação Infantil, Ensino remoto, Pandemia, Experiência inovadora.

INTRODUÇÃO

A Educação Infantil, direito dos bebês e crianças, se faz presente em muitos embates a partir da determinação do atendimento na creche e na pré-escola como dever do Estado, conforme normatiza a Constituição Federal de 1988 e a promulgação da Lei

¹ Doutoranda em Ciências, Tecnologia e Inclusão (PGCTIn) na Universidade Federal Fluminense (UFF), Mestre em Diversidade e Inclusão (CMPDI) pelo Instituto de Biologia da Universidade Federal Fluminense (UFF). Professora da Educação Básica na rede privada de Juiz de Fora, kerolynmoreira@id.uff.br;

² Doutora em Química Biológica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Pós-Doutorado pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), Professora Adjunta do Departamento de Biologia Celular e Molecular do Instituto de Biologia da Universidade Federal Fluminense (UFF), catiasodre@id.uff.br;

³ Doutora em Biologia Parasitária pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), Pós-Doutorado em Bioquímica Celular pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Professora associada do Departamento de Biologia Geral da Universidade Federal Fluminense (UFF), suzetearaujo@id.uff.br.

de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB/1996, que apresentam a Educação Infantil como parte da Educação Básica. De acordo com a LDB/1996 no Art. 29:

“A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (p.23).

Na Educação Infantil, quando a criança inicia, de fato, a sua trajetória escolar, fica evidenciada a importância desse ciclo de aprendizagem, período de zero aos cinco anos que compreende o trabalho desenvolvido nas creches e pré-escolas. Nesse período, ocorrem processos de extrema relevância para o desenvolvimento infantil, com a evolução das habilidades que são estimuladas nas áreas: motora, cognitiva, sensorial, linguística e social dos bebês e crianças pequenas. Para que o desenvolvimento infantil ocorra de forma integral, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) pressupõe para as práticas pedagógicas na Educação Infantil uma proposta curricular embasada nos eixos norteadores das interações e brincadeiras, a fim de garantir experiências diversas para as crianças (BRASIL, 2010). Segundo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), essas experiências possibilitam à criança construir e apropriar-se de conhecimentos através das ações e interações com seus pares e com os adultos promovendo, assim, aprendizagens, desenvolvimento e socialização (BRASIL, 2017).

A BNCC/2017 considerando os eixos estruturantes para as práticas pedagógicas e a proposta das competências gerais da Educação Básica, estabelece os seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento que devem ser assegurados na Educação Infantil: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. Fochi (2016), nos convida, enquanto adultos, a pensar e estruturar o trabalho educativo, partindo do pressuposto da “criança que age, cria e produz cultura, algo muito diferente da imagem de criança que é receptora passiva e espectadora do adulto, tão comum nas pedagogias tradicionais” (p. 3).

Esses direitos previsto pela BNCC/2017 perpassam por um processo de desenvolvimento natural ou espontâneo, sob a concepção de uma criança observadora, que questiona, realiza hipóteses, realiza apontamentos, julgamentos, se apropria e constrói conhecimentos partindo das interações no seu processo de aprendizagem (BRASIL, 2017).

Nesse contexto das interações e brincadeiras, a criança se desenvolve oportunamente enquanto sujeito de direitos, com autonomia, construindo o seu universo de aprendizagens. Acreditando nesse espaço de aprendizagem, nos deparamos com os questionamentos inerentes aos desafios do ensino remoto emergencial devido a propagação do vírus SARS-CoV-2, causador da COVID-19 que é uma doença infecciosa, identificada em dezembro de 2019 na China.

Diante desse cenário mundial, as atividades escolares presenciais foram suspensas em março de 2020, e as escolas precisaram se reorganizar num novo formato de ensino contemplado pelas atividades remotas. Nesse momento, impossibilitados de estarem juntos no mesmo espaço, surgiu o questionamento: como proporcionar às crianças as experiências das interações, relações e práticas cotidianas que precisam vivenciar, a fim de construir sua identidade pessoal e coletiva, através do brincar, imaginar, fantasiar, criar e produzir cultura? Conforme estabelecem as DCNEI (2010), essa indagação sensibilizou os profissionais da Educação Infantil desde o início do isolamento social, assim como a angústia das famílias sobre como manter o vínculo com o adulto de referência e sobre o brincar dentro de casa.

Como proceder com as crianças da Educação Infantil diante desse cenário? Como promover as interações e brincadeiras previstas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC)? Analisando estes questionamentos, o presente estudo busca compartilhar a experiência de uma prática pedagógica em tempos de pandemia, relato de caso em uma escola da rede de ensino localizada em Juiz de Fora – MG. Alicerçadas pela Teoria Histórico Cultural de Vygotsky, que ressalta a importância da brincadeira para o desenvolvimento do ser humano enquanto processo de construção da subjetividade, o desenvolvimento do pensamento e sua relação com a fala, a concepção vigotskiana traz as chamadas zonas de desenvolvimento proximal – ZDP, da mediação que ocorre entre os sujeitos (AQUINO, 2015). Tendo como embasamento também a Abordagem Pikler, as ideias da médica pediatra húngara se baseavam num olhar de profundo respeito pela criança pequena, mostrando a importância dos cuidados, do vínculo, do adulto referência e da motricidade livre (FALK, 2011). Assim, a construção da autonomia do sujeito e o respeito às diferenças e às potencialidades de cada indivíduo são priorizados.

Nesse sentido, apoiadas por essas referências e defendendo a importância do vínculo na relação com o outro para o desenvolvimento emocional e da autonomia, além

da importância da interação entre pares, foi preciso reestruturar a prática pedagógica e pensar que a única forma de manter a interação, à distância, seria por meio digital.

Essa experiência, de uma prática pedagógica em tempos de pandemia, teve como objetivo usufruir dos recursos tecnológicos no sentido de adaptar ao momento atual o conjunto de práticas que visam à articulação entre as experiências e saberes das crianças com os conhecimentos culturais, artísticos, científicos e tecnológicos (BRASIL, 2010). O sentimento inicial dessa experiência prática foi de conflito, enquanto profissional e estudiosa da Educação Infantil, devido a oposição ao uso de tela na Educação Infantil e a necessidade do momento em manter o vínculo entre as crianças e as educadoras, respeitando os direitos de aprendizagem das crianças.

METODOLOGIA

Para essa experiência de uma prática pedagógica, que se configura como um relato de caso, utilizou-se a pesquisa qualitativa descritiva e exploratória. A pesquisa descritiva, conforme Gerhardt e Silveira (2009), requer do investigador informações sobre o que se pretende pesquisar; esse tipo de estudo descreve fatos e fenômenos de uma determinada realidade. O caráter enquanto pesquisa exploratória se dá pela busca de abordar o fenômeno através de informações que poderão proporcionar ao pesquisador conhecer mais a seu respeito (GERHARDT; SILVEIRA, 2009) e estimular os seus participantes a refletirem e a se expressarem sobre o assunto em questão (CHIZZOTTI, 2006). Para esse estudo, foi utilizado o relato da experiência de uma prática pedagógica, tendo a pesquisadora como sujeito da pesquisa que observou e compartilhou as experiências vivenciadas por uma escola da rede de ensino localizada em Juiz de Fora – MG, que atende da Educação Infantil ao Ensino Fundamental anos iniciais e finais. Para esse estudo foi analisada uma turma de agrupamento da Educação Infantil com estudantes de 4 e 5 anos de idade, o que corresponde o segmento educacional de 1º e 2º períodos, num total de 10 estudantes na turma. Essa experiência foi vivenciada no período de março de 2020, quando se iniciou o ensino remoto devido à pandemia, até dezembro de 2020.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Contextualizado o cenário mundial devido ao crescimento dos casos da COVID-19, a escola necessitou se reorganizar pedagogicamente para o ensino remoto, respaldados pelo Parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE nº5/2020) que institui a necessidade de se manter o processo educativo com um atendimento que garante os direitos e objetivos de aprendizagem previstos na BNCC/2017, e com um currículo e proposta pedagógica da instituição que atenda as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI/2010). Para a reorganização das atividades educacionais em caráter remoto, o Parecer do CNE n.º 5/2020 orienta que, devido à situação da pandemia, a escola poderá minimizar os impactos, devido ao isolamento social, na aprendizagem dos estudantes, considerando o longo período de suspensão das atividades escolares presenciais.

Nesse sentido, a primeira etapa foi a equipe pedagógica se organizar para efetivar uma melhor comunicação com as famílias e estudantes; a escola já possuía a prática de utilizar e-mails, mensagens de WhatsApp, vinculação através das redes sociais como Instagram e Facebook; outra prática confortável que a equipe já realizava era a comunicação através de e-mail institucional; Google Drive para a construção dos planejamentos pedagógicos, diários e atividades escolares no geral, utilização do CANVA, que é uma plataforma de *design* gráfico que permite aos usuários criar gráficos de mídia social, apresentações, infográficos, pôsteres e outros conteúdos visuais; essa ferramenta foi utilizada para a elaboração de materiais pedagógicos. A familiaridade com o uso das tecnologias favoreceu a equipe pedagógica nesse momento do ensino remoto; a escola também disponibiliza formações continuadas, conforme a necessidade do grupo, como, por exemplo, uso de metodologias ativas para os encontros virtuais com os estudantes, dentre outras demandas que a equipe apresentou nesse período.

Seguindo as orientações previstas pelo Parecer do CNE n.º 5/2020 para reduzir as possíveis e eventuais perdas das crianças, a segunda etapa elaborada pela escola foi a construção de propostas concretas com experiências que orientam para o desenvolvimento da autonomia das crianças, protagonistas em todo o processo, foram enviadas às famílias que sentem necessidade e/ou vontade de realizar com as crianças, caracterizando os momentos de atividades assíncronas. Entendemos que são práticas inspiradoras para a Educação Infantil nesse contexto de reestruturação necessária. As

propostas de experiências foram enviadas via e-mail para as famílias, seguindo o caráter lúdico, criativo e interativo para serem realizadas com as crianças, garantindo assim, o atendimento necessário às crianças, minimizando possíveis retrocessos cognitivos, corporais e socioemocionais conforme estabelece o Parecer do CNE n.º 5/2020.

Na terceira etapa dessa nova reorganização pedagógica, foram instituídos os momentos de encontros virtuais, caracterizando os momentos síncronos, com os estudantes da Educação Infantil. Para isso, foi utilizada a plataforma *Google Meet* uma ferramenta de serviço de comunicação por vídeo desenvolvido pelo *Google*. Os encontros virtuais seguiram as recomendações da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) sobre a saúde de crianças e adolescentes na era digital a respeito das demandas das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). O manual de orientação “#MENOSTELA#MAISSAÚDE” (2019-2021), preconiza que: “Crianças com idades entre 2 e 5 anos, limitar o tempo de telas ao máximo de 1 hora/dia, sempre com supervisão de pais/cuidadores/responsáveis” (SBP, 2019-2021, p.7). Portanto, os momentos de encontros virtuais aconteceram com o tempo limite de 30 minutos por dia, deixando opcional, para as famílias, a participação ou não das crianças nesses momentos. Vale enfatizar que esses momentos foram necessários para manter o vínculo dos estudantes com as educadoras, assim como para promover a aprendizagem baseada nos eixos norteadores das interações e brincadeiras. A aproximação virtual com as famílias estreitou, também, os vínculos favorecendo a orientação na realização das propostas concretas com experiências enviadas para a realização em casa. De acordo com o Parecer do CNE n.º 5/2020, as crianças pequenas aprendem e se desenvolvem brincando prioritariamente. O Parecer do CNE n.º 5/2020 recomenda como orientação às famílias:

Para as crianças da pré-escola (4 e 5 anos), as orientações devem indicar, da mesma forma, atividades de estímulo às crianças, leitura de textos pelos pais ou responsáveis, desenho, brincadeiras, jogos, músicas infantis e algumas atividades em meios digitais quando for possível. A ênfase deve ser em proporcionar brincadeiras, conversas, jogos, desenhos, entre outras para os pais ou responsáveis desenvolverem com as crianças. As escolas e redes podem também orientar as famílias a estimular e criar condições para que as crianças sejam envolvidas nas atividades rotineiras, transformando os momentos cotidianos em espaços de interação e aprendizagem. Além de fortalecer o vínculo, este tempo em que as crianças estão em casa pode potencializar dimensões do desenvolvimento infantil e trazer ganhos cognitivos, afetivos e de sociabilidade (CNE, 2020, p. 10).

Dessa forma, foram priorizadas nos encontros virtuais através do uso de plataformas digitais, a troca de experiências entre as crianças que contam sobre seu dia a dia, mostram seus animais domésticos (**Figura 1**) e brinquedos (**Figura 2**); escutam e contam histórias; cantam músicas e realizam brincadeiras adaptadas ao formato digital.



Figura 1: Autora e estudante P apresentando seus animais domésticos no momento de conversa durante o encontro virtual.

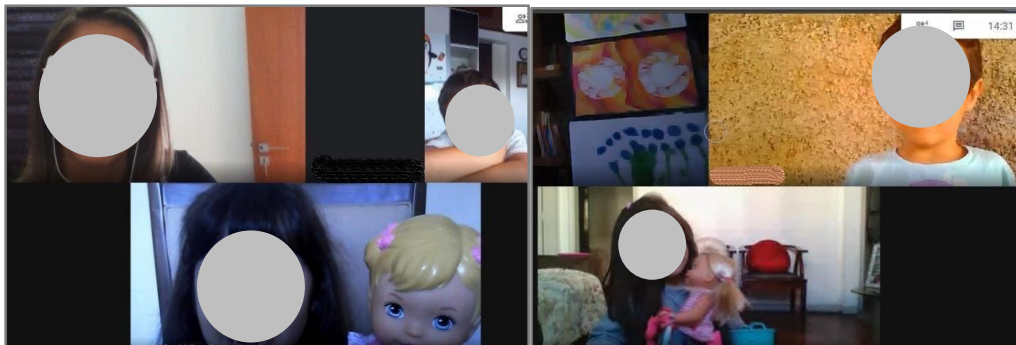


Figura 2: Estudante M compartilhando suas bonecas preferidas no encontro virtual.

Os momentos de interação apresentados na Figura 1 e Figura 2, remetem o olhar de profundo respeito à criança, as suas vivências e relatos. Sob a perspectiva do olhar pikleriano, pontuamos os estudos de Nabinger (2014) que remete à primeira infância essencial para o estabelecimento de vínculos de confiança que farão parte da estrutura do sujeito nas suas relações internas e externas. A família exerce a função do fortalecimento de vínculos de confiança, mas essa relação também é transmitida para os educadores na Educação Infantil. Esse educador necessita estar atento à criança, para estabelecer esse vínculo, compreendendo as manifestações, necessidades, particularidades e comunicações que a criança sinaliza para que possa atendê-la da melhor maneira possível, de forma gentil e assertiva.

Os encontros virtuais resgataram a essência das brincadeiras (**Figura 3**); o brincar é muito importante para as crianças, pois através das brincadeiras a criança é capaz de ampliar sua rede de interação e comunicação, tão importantes para o desenvolvimento infantil.

As brincadeiras permitem que a criança conheça o próprio corpo, conheça o corpo do outro e que ela desenvolva suas noções de limites corporais. É brincando que ela desenvolverá seus aspectos cognitivos, sociais, culturais. Ou seja, todos esses aspectos são desenvolvidos a partir do brincar e da brincadeira (BRAGA, 2016, p.5).

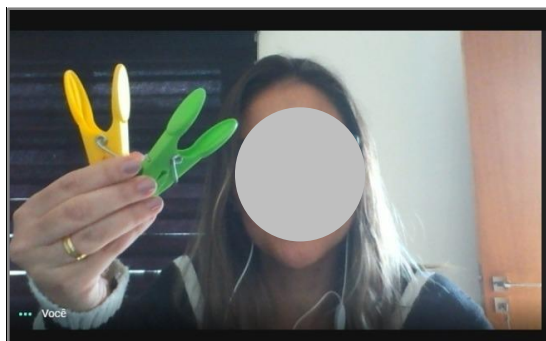


Figura 3: Autora realizando, no encontro virtual, a brincadeira “Seu mestre mandou” com objetos do contexto de vida diária sugeridos pelas crianças.

Outro recurso de comunicação e interação digital que foi utilizado como a quarta etapa da prática pedagógica da escola foi a utilização da plataforma gratuita Flipgrid. Essa plataforma pode ser acessada por computador ou aplicativo no celular, permitindo aos usuários a comunicação e interação através da produção de vídeos publicados na própria plataforma. A utilização dessa plataforma surgiu a partir do *feedback* das famílias. Uma vez que, as famílias que não conseguiam estar presentes supervisionando as crianças nos momentos de encontros síncronos, solicitaram uma forma interativa para que os estudantes pudessem manter o contato, vínculo e troca com a educadora.

Diante do exposto, a equipe pedagógica se capacitou para o conhecimento e aprendizado da plataforma. Nesse espaço, o estudante teria acesso conforme a sua disponibilidade com a família; teria o contato com a educadora através de vídeos e poderia responder a educadora em vídeo também, mantendo assim a relação de vínculo durante esse período. No Flipgrid, foram disponibilizados vídeos com contação de história (**Figura 4**), brincadeiras, músicas e diversas experiências para o acesso dos estudantes.



Figura 3: Print da tela da plataforma Flipgrid com a contação de história: “As memórias da Bruxa Onilda”.

Diante dessa nova realidade pedagógica, essas foram as etapas realizadas pela escola a fim de enaltecer os princípios do desenvolvimento e a aprendizagem das crianças da Educação Infantil, de 4 a 5 anos, garantindo a elas conhecer, aprender e se desenvolver com as interações e brincadeiras pertinentes nesse contexto remoto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ensino infantil abordado pela escola perpassa pela aprendizagem investigativa; preocupa-se com o processo pelo qual o aprendiz conduz a construção da sua aprendizagem, como ele aprende a aprender. É válido o caminho construído e percorrido para responder as questões que são pertinentes para a criança, construindo assim, o seu conhecimento.

A metodologia é centrada na criança, afinal ela demonstra o desejo natural por explorar e descobrir. Com isso, o perfil investigativo é aguçado através dessa abordagem. Participando ativamente da resolução de problemas através de atividades e experiências, a criança elabora o pensamento criativo, participa de debates, argumenta e se posiciona com responsabilidade. O educador tem seu espaço como mediador nesse processo, servindo como uma espécie de “andaime” para a elaboração da construção do aprendiz.

Ao vivenciar essa experiência de uma prática pedagógica em tempos de pandemia, consideramos que a mesma pode ser inspiradora para um novo olhar da Educação Infantil. Entretanto, vale ressaltar que acreditamos no pressuposto das experiências para as crianças que acontecem de forma concreta, na relação presencial, valorizando e explorando suas vivências, conhecimentos e ampliando a sua aprendizagem. Essa experiência pedagógica compartilhada só foi possível em razão da colaboração da equipe pedagógica, famílias e do olhar para as crianças.

AGRADECIMENTOS

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Ligia Maria Leão. **Contribuições da teoria histórico-cultural para uma educação infantil como lugar das crianças e infâncias**. Fractal: Revista de Psicologia, v. 27, n. 1, p. 39-43, jan.-abr. 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/fractal/a/XSN3QCCvWcXTfDryNj4fGKr/?lang=pt&format=pdf#:~:text=Os%20estudos%20da%20teoria%20hist%C3%B3rico,fun%C3%A7%C3%A3o%20da%20edu%2D%20ca%C3%A7%C3%A3o%20infantil>> Acesso em: 24 out. 2021.

BRAGA, Liliane Pereira. **O brincar e a participação familiar no desenvolvimento infantil**. Ministério da Saúde. Departamento de Atenção Básica. Módulo: A importância do brincar e da participação familiar para o desenvolvimento infantil. Brasília: Ministério da Saúde, 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 20 out. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 20 out. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil** / Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares_2012.pdf> Acesso em: 22 out. 2021

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79601-anexo-texto-bncc-reexportado-pdf-2&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 22 out. 2021.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis: Vozes, 2006.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19.** Parecer do CNE n.º 5/2020. Disponível em: <https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_PAR_CNECPN52020.pdf>. Acesso em: 29 out. 2021.

FALK, J. (Org.). **Educar os Três Primeiros Anos, a experiência de Lóczy.** 2. ed. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2011.

FOCHI, Paulo Sérgio. **A didática dos campos de experiência.** Revista Pátio Educação Infantil, n 49. Outubro 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/319653636_A_didatica_dos_campos_de_experiencia>. Acesso em: 27 out. 2021.

GERHARDT, Tatiana Engel. SILVEIRA, Denise Tolfo. (Org.). **Métodos de pesquisa.** Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em:< <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/52806>>. Acesso em: 27 out. 2021.

NABINGER, Sylvia. **Por que capacitar os Profissionais da Educação?** In: II Seminário Internacional: Marco Legal da Primeira Infância. 2014. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/54a-legislatura/pl-6998-13-primeira-infancia/seminarios-e-outros-eventos/cuidar-dos-cuidadores-sylvia-nabinger>>. Acesso em: 29 out. 2021.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA – SBP. **Manual de orientação.** #MENOSTELAS#MAISSAÚDE. Grupo de Trabalho Saúde na Era Digital. 2019-2021. Disponível em: <https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/_22246c-ManOrient_-_MenosTelas_MaisSaude.pdf>. Acesso em: 29 out. 2021.